

Secretaria de Estado da Educação do Estado do Espírito Santo

SEDU-ES

Professor P - Pedagogo

Edital Nº 01/2018 - Seger/SEDU, de 11 de Janeiro de 2018

JN063-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Secretaria de Estado da Educação do Estado do Espírito Santo - SEDU-ES

Cargo: Professor P - Pedagogo

(Baseado no Edital Nº 01/2018 - Seger/SEDU, de 11 de Janeiro de 2018)

- Conhecimentos Específicos

Autora

Ana Maria

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Capa

Joel Ferreira dos Santos

Editoração Eletrônica

Marlene Moreno

SUMÁRIO

Conhecimentos Específicos

1. Fundamentos da Educação: 1.1 Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica; educação e pobreza; educação e cidadania;	01
1.2 A educação e a diversidade de contextos culturais: pluralismo e diversidade cultural;	05
1.3 Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas no Brasil;	11
1.4 A educação na perspectiva de Paulo Freire;	18
1.5 Funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica; 1.6 A escola básica como agente socializador: desafios atuais.	23
2. O pedagogo na escola: 2.1 Concepção e papel do pedagogo na escola;	27
2.2 Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança; mecanismos de participação; formas organizativas facilitadoras da integração grupal;	30
2.3 Atuação do pedagogo e sua articulação com os demais profissionais da escola na perspectiva da qualidade da educação; ...	50
2.4 O Conselho Escolar: propósitos e funcionamento;	53
2.5 Gestão escolar e participação da família na vida escolar.	56
3. Organização do trabalho pedagógico na escola pública: 3.1 O processo de planejamento: concepção, dimensões, níveis e importância; 3.1 O ano letivo e o calendário escolar;	59
3.2 O planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino, métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação da aprendizagem;	66
3.3 A proposta pedagógica da escola: concepção, princípios, eixos norteadores, construção, acompanhamento e avaliação.	73
3.4 Os planos de ensino;	80
4. O processo de ensino-aprendizagem: 4.1 Concepções e teorias da aprendizagem;	83
4.2 A interação pedagógica na sala de aula: o aluno, o professor, os tempos, os espaços e os conteúdos escolares conceituais, procedimentais e atitudinais;	92
4.3 Mapeamento e análise de dificuldades, problemas e potencialidades do cotidiano escolar;	100
4.4 Comunicação e interação com os professores no planejamento, assessoramento, monitoramento e avaliação do processo pedagógico: técnicas e instrumentos.	104
5. O plano de ação do pedagogo.	107
6. O Currículo Escolar:	110
6.1 Currículo e construção do conhecimento. As aprendizagens como foco da ação educativa;	110
6.2 O currículo como referência para o desenvolvimento do processo pedagógico; a base nacional comum e a parte diversificada;	118
6.3 A organização curricular por áreas de conhecimento;	118
6.4 Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento;	124
6.5 O currículo básico da escola pública estadual do Espírito Santo (www.educacao.es.gov.br);	128
6.6 A organização curricular nos cursos de educação profissional técnica de nível médio; 6.7 Os grandes eixos da formação profissional técnica de nível médio.	147
6.8 Metodologia de projetos: um caminho entre teoria e prática.	157
7. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem:	162
7.1 Concepções de avaliação;	162
7.2 Funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa;.....	164
7.3 Técnicas e instrumentos de avaliação;	164
7.4 Usos dos resultados da avaliação da aprendizagem no planejamento do ensino.	167
8. Educação Inclusiva:	168
8.1 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 (Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.).	168
8.2 Resolução CNE Nº 4/2009 (Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado).	175
8.3 Resolução CEE Nº 2.152/2010 (Dispõe sobre a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Espírito Santo). ...	177
8.4 Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/2015.	181
9. Educação e Trabalho: a formação profissional técnica de nível médio a partir da Lei nº 9394/1996-LDB.	201
10. Educação de Jovens e Adultos – EJA:	209
10.1 Parâmetros Legais da Educação de Jovens e Adultos;	209
10.2 Funções da EJA;	209
10.3 Estudos da Andragogia;	223
11. Análise de indicadores sociais e educacionais:.....	226
11.1 O acesso à educação, a permanência no processo educativo e a qualidade dos resultados escolares.	226

PROFESSOR P - PEDAGOGO

1. Fundamentos da Educação: 1.1 Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica; educação e pobreza; educação e cidadania;	01
1.2 A educação e a diversidade de contextos culturais: pluralismo e diversidade cultural;	05
1.3 Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas no Brasil;	11
1.4 A educação na perspectiva de Paulo Freire;	18
1.5 Funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica; 1.6 A escola básica como agente socializador: desafios atuais.	23
2. O pedagogo na escola: 2.1 Concepção e papel do pedagogo na escola;	27
2.2 Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança; mecanismos de participação; formas organizativas facilitadoras da integração grupal;	30
2.3 Atuação do pedagogo e sua articulação com os demais profissionais da escola na perspectiva da qualidade da educação; ...	50
2.4 O Conselho Escolar: propósitos e funcionamento;	53
2.5 Gestão escolar e participação da família na vida escolar.	56
3. Organização do trabalho pedagógico na escola pública: 3.1 O processo de planejamento: concepção, dimensões, níveis e importância; 3.1 O ano letivo e o calendário escolar;	59
3.2 O planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino, métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação da aprendizagem;	66
3.3 A proposta pedagógica da escola: concepção, princípios, eixos norteadores, construção, acompanhamento e avaliação.	73
3.4 Os planos de ensino;	80
4. O processo de ensino-aprendizagem: 4.1 Concepções e teorias da aprendizagem;	83
4.2 A interação pedagógica na sala de aula: o aluno, o professor, os tempos, os espaços e os conteúdos escolares conceituais, procedimentais e atitudinais;	92
4.3 Mapeamento e análise de dificuldades, problemas e potencialidades do cotidiano escolar;	100
4.4 Comunicação e interação com os professores no planejamento, assessoramento, monitoramento e avaliação do processo pedagógico: técnicas e instrumentos.	104
5. O plano de ação do pedagogo.	107
6. O Currículo Escolar:	110
6.1 Currículo e construção do conhecimento. As aprendizagens como foco da ação educativa;	110
6.2 O currículo como referência para o desenvolvimento do processo pedagógico; a base nacional comum e a parte diversificada;	118
6.3 A organização curricular por áreas de conhecimento;	118
6.4 Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento;	124
6.5 O currículo básico da escola pública estadual do Espírito Santo (www.educacao.es.gov.br);	128
6.6 A organização curricular nos cursos de educação profissional técnica de nível médio; 6.7 Os grandes eixos da formação profissional técnica de nível médio.	147
6.8 Metodologia de projetos: um caminho entre teoria e prática.	157
7. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem:	162
7.1 Concepções de avaliação;	162
7.2 Funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa;.....	164
7.3 Técnicas e instrumentos de avaliação;	164
7.4 Usos dos resultados da avaliação da aprendizagem no planejamento do ensino.	167
8. Educação Inclusiva:	168
8.1 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 (Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.).	168
8.2 Resolução CNE Nº 4/2009 (Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado).	175
8.3 Resolução CEE Nº 2.152/2010 (Dispõe sobre a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Espírito Santo). ...	177
8.4 Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/2015.	181
9. Educação e Trabalho: a formação profissional técnica de nível médio a partir da Lei nº 9394/1996-LDB.	201
10. Educação de Jovens e Adultos – EJA:	209
10.1 Parâmetros Legais da Educação de Jovens e Adultos;	209
10.2 Funções da EJA;	209
10.3 Estudos da Andragogia;	223
11. Análise de indicadores sociais e educacionais:.....	226
11.1 O acesso à educação, a permanência no processo educativo e a qualidade dos resultados escolares.	226

Enfermeira Ana Luisa M. da Costa Iacida

Enfermeira formada pela FAI, com especialização em Enfermagem do Trabalho, Administração Hospitalar e Formação Didático Pedagógica.

**1. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
1.1 RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE:
DIMENSÕES FILOSÓFICA, SOCIOCULTURAL
E PEDAGÓGICA; EDUCAÇÃO E POBREZA;
EDUCAÇÃO E CIDADANIA;**

**RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE:
Dimensões Filosófica, Sociocultural e Pedagógica**

Educação e sociedade

A autora deste texto, Galvão, pontua que de acordo com Silva (2001), a educação tem como finalidade formar o ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade. Dessa forma, ela visa promover mudanças relativamente permanentes nos indivíduos, de modo a favorecer o desenvolvimento integral do homem na sociedade. Portanto, é fundamental que a educação atinja a vida das pessoas e da coletividade em todos os âmbitos, visando à expansão dos horizontes pessoais e, consequentemente, sociais. Além disso, ela pode favorecer o desenvolvimento de uma visão mais participativa, crítica e reflexiva dos grupos nas decisões dos assuntos que lhes dizem respeito, se essa for a sua finalidade.

A concepção de educação está diretamente relacionada à concepção de sociedade. Assim, cada época irá enunciar as suas finalidades, adotando determinada tendência pedagógica.

Na história da educação brasileira, podem-se identificar várias concepções, tendo em vista os ideais da formação do homem para a sociedade de cada época. Silva (ibidem) afirma que as principais correntes pedagógicas identificadas no Brasil são: a tradicional, a crítica e a pós-crítica.

A concepção tradicional enfatiza o ensino e a aprendizagem de conteúdos a partir de uma metodologia rigorosamente planejada, com foco na eficiência.

A concepção crítica aborda questões ideológicas, colocando em pauta temas relacionados ao poder, a relações e classes sociais, ao capitalismo, à participação etc., de forma a conscientizar o educando acerca das desigualdades e injustiças sociais.

A partir do desenvolvimento da consciência crítica e participativa, o educando será capaz de emancipar-se, libertar-se das opressões sociais e culturais e atuar no desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

A concepção pós-crítica foca temas relacionados à identidade, diferenças, alteridade, subjetividade, cultura, gênero, raça, etnia, multiculturalismo, saber e poder, de forma a acolher a diversidade do mundo contemporâneo,

visando respeito, tolerância e convivência pacífica entre as diferentes culturas. A ideia central é a de que por meio da educação o indivíduo acolha e respeite as diferenças, pois "sob a aparente diferença há uma mesma humanidade"

Assim, por meio de um conjunto de relações estabelecidas nas diferentes formas de se adquirir, transmitir e produzir conhecimentos busca-se a construção de uma sociedade. Isso envolve questões filosóficas como valores, questões histórico-sociais, questões econômicas, teóricas e pedagógicas que estão na base do processo educativo.

Vejamos como exemplo o Inciso III do art. 1º da Constituição Federal de 1988 que, ao tratar de seus fundamentos essenciais, privilegia a educação, apontando-a como uma das alternativas para a formação da dignidade da pessoa humana. Outro texto jurídico que analisa as finalidades da educação, no Brasil, é a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais conhecida como LDB. Em seus primeiros artigos há a seguinte notação: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, de seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Lei nº 9.394/96).

Como vimos, qualquer que seja o ângulo pelo qual observamos a educação, encontrar-se-ão fundamentos para o desenvolvimento do ser humano, de acordo com a concepção de vida e com a estrutura da sociedade.

As concepções atuais da educação apontam para o desenvolvimento do ser humano como um todo, reafirmando seu papel nas transformações pelas quais vêm passando as sociedades contemporâneas e assumindo um compromisso cada vez maior com a formação para a cidadania.

Torna-se imprescindível, portanto, que façamos uma conexão entre educação e desenvolvimento, pensando no desenvolvimento que educa e em educação que desenvolve, a fim de vislumbrarmos uma sociedade mais democrática e justa. Uma educação que carrega, em seu bojo, a utopia de construir essa sociedade como forma de vida tem como tema constitutivo o desenvolvimento integral do ser humano.

**Pesquisa e Prática Profissional-Relação Escola-Co-
munidade**

Conforme Berg, a comunidade é a forma de viver junto, de modo íntimo, privado e exclusivo. É a forma de se estabelecer relações de troca, necessárias para o ser humano, de uma maneira mais íntima e marcada por contatos primários. Sociedade é uma grande união de grupos sociais marcadas pelas relações de troca, porém de forma não pessoal, racional e com contatos sociais secundários e impessoais.

As comunidades geralmente são grupos formados por familiares, amigos e vizinhos que possuem um elevado grau de proximidade uns com os outros. Na sociedade esse contato não existe, prevalecendo os acordos racionais de interesses. Uma diferenciação clara entre comunidade e sociedade é quando uma pessoa negocia a venda de uma casa, por exemplo, com um familiar (comunidade) e com

um desconhecido (sociedade). Logicamente, as relações irão ser bastante distintas entre os dois negócios: no negócio com um familiar irão prevalecer as relações emotivas e de exclusividade; enquanto que na negociação com um desconhecido, que irá valer é o uso da razão.

Nas comunidades, as normas de convivência e de conduta de seus membros estão interligadas à tradição, religião, consenso e respeito mútuo. Na sociedade, é totalmente diferente. Não há o estabelecimento de relações pessoais e na maioria das vezes, não há tamanha preocupação com o outro indivíduo, fato que marca a comunidade. Por isso, é fundamental haver um aparato de leis e normas para regular a conduta dos indivíduos que vivem em sociedade, tendo no Estado, um forte aparato burocrático, decisivo e central nesse sentido. Comunidade e sociedade são as uniões de grupos sociais mais comuns dentro da Sociologia. Sabemos que ninguém consegue viver sozinho e que todas as pessoas precisam umas das outras para viver. Essa convivência caracteriza os grupos sociais, e dependendo do tipo de relações estabelecidas entre as pessoas, esses grupos poderão se distinguir. Comunidade e Escola, a parceria entre escola e comunidade é indispensável para uma Educação de qualidade e dependem de uma boa relação entre familiares, gestores, professores, funcionários e estudantes.

Pensar em educação hoje de qualidade é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos e em todos os sentidos. Ou seja, é preciso uma interação entre escola e família. Nesse sentido, escola e família possuem uma grande tarefa, pois nelas é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança. Envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica pode ser meta da escola que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina de seus educandos. A sociedade moderna vive uma crise nos valores éticos e morais sem precedentes. Essa escola deve utilizar todas as oportunidades de contatos com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento escolar e com o desenvolvimento como ser humano do seu filho.

Quando se fala em vida escolar e sociedade, não há como não falar em Paulo Freire (1999), quando diz que "a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Se opção é progressista, se não está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência como diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho se não viver a opção que se escolheu. "Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que diz e o que faz."

Essa visão certamente, contribui para que tenha uma maior clareza do que se pode fazer no enfrentamento das questões sócio educativas no conjunto do movimento social.

Nesse sentido importante que o projeto inicial se faça levando em conta os grandes e sérios problemas sociais tanto da escola como da família.

No parágrafo IV do Eca (BRASIL,1990), encontramos que é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar das definições das propostas educacionais, ou seja trazer as famílias para o ambiente escolar.

Promover a família nas ações dos projetos pedagógicos significa enfatizar ações em seu favor e lutar para que possa dar vida as leis.

Referência:

BERG, G. D. A. O Estudo dos Fundamentos da Educação e sua Influência na Relação entre Comunidade e Escola.

GALVÃO, A. S. C. Fundamentos da Educação. In: Concepções da Educação no Mundo Contemporâneo. Cap. I, 2010.

EDUCAÇÃO E POBREZA: ASPECTOS CONCEITUAIS.

A educação dos pobres é a tônica da universalização da educação brasileira por parte do Estado, uma educação voltada para o conjunto majoritário dos trabalhadores, representados por proletários e subproletários. O que está em questão na nossa análise, portanto, é a educação da classe trabalhadora no Brasil, que nos termos de Singer (1981) é formada por pobres que trabalham.

A relação educação e pobreza no Brasil apresenta dois sentidos fundamentais: a perspectiva salvacionista de solução da pobreza e o sentido comprobatório das condições precárias de vida pela ausência de escolarização, acompanhadas por outras negações de bens materiais, culturais e simbólicos. Ou seja, a escola "salva" o pobre, enquanto sua ausência comprova a condição de ser pobre.

Se o primeiro sentido demonstra sua inoperância frente à impossibilidade de superação da pobreza no modo de produção capitalista, o segundo revela uma realidade concreta dos trabalhadores precarizados e subproletários no Brasil. A educação dessas frações da classe trabalhadora é símbolo das negações de natureza variada.

Nas últimas décadas, com o legado pós-neoliberal representado pelos custos sociais decorrentes das políticas de estabilização monetária, do enxugamento dos gastos públicos (essencialmente, com as políticas sociais) e do arrocho salarial, dentre outras medidas para aumento das taxas de acumulação, a questão social foi reduzida à temática da pobreza em inúmeras pesquisas de variados ramos de conhecimento. Reconceituada a partir de referências teóricas da escola francesa, as expressões da pobreza passam a compor o que alguns teóricos denominaram de uma nova questão social (ROSANVALLON,1998; CASTEL, 1998), produto das mudanças na esfera da produção, da crise da regulação social assentada no salário e das alterações no padrão de proteção social do Estado nos países de capitalismo central.

Tais conceitos, emergentes na década de 1990, tentaram explicar a generalização da precarização das condições de trabalho e a socialização da pobreza, inclusive nos países imperialistas. O fenômeno do pauperismo ganha significado nas noções de vulnerabilidade social, exclusão social e desfiliação, cujo ponto de confluência é a perspectiva de

uma crise da sociedade salarial que reclama por políticas de integração reguladas pelo Estado como forma de saída para o esgotamento do compromisso fordista na relação capital e trabalho. A educação comparece como uma das principais estratégias para enfrentamento dos efeitos de determinações de base estrutural.

A lacuna nas análises contemporâneas sobre a pobreza é que elas autonomizam a questão da precariedade das condições estruturais que conformam hoje o capital-imperialismo (FONTES, 2010) e o decorrente padrão de acumulação flexível. Entendida como problemas de “coesão social”, o fenômeno da pobreza restringe seu nexo causal à crise da regulação salarial, ou como diria Wanderley Guilherme dos Santos (1979), à crise da cidadania regulada. Escamoteando a essência da precariedade no coração das relações sociais de produção, seu alargamento é a maneira como o capital responde às suas sucessivas crises estruturais. O resultado é o superdimensionamento dado ao papel da educação, especialmente, a educação profissional na reversão da precariedade.

No caso brasileiro, Yannoulas (2013) observa uma crescente importância da temática sobre a relação educação e pobreza na década de 2000, entendida pela autora como um campo polissêmico ainda em definição. Em parceria com o grupo de pesquisa da Faculdade de Serviço Social da UNB, denominado Trabalho, Educação e Discriminação, a autora faz um levantamento das produções acadêmicas sobre a temática no Brasil e propõe duas maneiras centrais de categorização: a compreensão da relação educação e pobreza pelo prisma da pobreza e o entendimento dessa relação pelo prisma do sistema escolar.

Pelo prisma da pobreza, a relação educação e pobreza configura-se como mediação entre as políticas de assistência social e educação, espaço no qual as concepções de pobreza e cidadania definem padrões mínimos de direitos ao acesso à educação no âmbito de um espectro de necessidades que demandam provimento (YANNOULAS, 2013). A escola, nessa perspectiva de análise, é ampliada para menos, dadas as múltiplas funções que lhes são atribuídas como forma de controle e gestão da pobreza em detrimentos das suas funções propriamente educativas (ALGEBAILLE, 2004). Para Yannoulas, o conjunto de estudos que enfocam a temática parte da crítica à delimitação dos limites da pobreza e do estabelecimento do grau de qualidade e quantidade da educação ofertada aos pobres pelo Estado.

Por outro prisma, a relação educação e pobreza é explicada pelo fracasso educacional da população pobre no âmbito do denominado “sistema escolar”. A pobreza neste conjunto de produções acadêmicas é percebida pela noção de “exclusão”, o que, na visão da autora, significa passar da ótica de patamares de carência para um enfoque dinâmico, cumulativo e multidimensional (YANNOULAS, 2013, p. 49), incorporando a dinâmica de seletividade na educação pela classe, pela etnia/raça e pelo gênero. O ponto de confluência entre os autores é a identificação de que o sistema educacional tal como é organizado no Brasil não é capaz de incorporar os segmentos mais pobres da população, o que resulta na restrição de acesso a oportunidades e de relações equânimes entre excluídos/incluídos.

A síntese apresentada por Yannoulas das duas categorizações é a proposição de que, na primeira filiação de estudos, a política de educação básica perde seu caráter educativo assumindo funções de gestão da pobreza, enquanto, pelo segundo prisma, o sistema educacional em vigor não inclui intrinsecamente a população pobre. Isso põe em questão o modelo escolar e sua capacidade de incorporar a todos os segmentos da população com uma oferta educativa de qualidade.

As concepções sobre a relação educação-pobreza, ao dimensionarem os efeitos do modelo de educação para os pobres e a sua não educação, ignoram o conteúdo de conformidade do padrão de educação, ou, ampliando a ideia, secundarizam o processo de produção social da educação (entendida como escola) e da pobreza. Com base nas pesquisas sobre a educação dos pobres justificam-se as políticas de correção dos efeitos da pobreza, seja pelas propostas de mudanças do sistema escolar, seja pelo desenvolvimento de medidas compensatórias no campo da assistência social. A saída para o paradoxo presente na relação educação e pobreza - os pobres precisam de educação para uma suposta superação da pobreza, mas não a acessam na qualidade e quantidade necessárias - encontra na racionalização da política educacional a estratégia exclusiva de resolução do problema.

Nas últimas décadas, no Brasil, a orientação do Estado para alívio da pobreza é um conjunto de medidas focais destinadas por um recorte dos limites do pauperismo, aferidos por indicadores que visam quantificar a pobreza, cujo maior expoente é o programa de transferência de renda do governo federal, Programa Bolsa Família. A delimitação daqueles que são mais pobres e carecem da intervenção do Estado restringe a perspectiva da noção universalizante de acesso a direitos para a perspectiva de uma regulação voltada para o cidadão pobre (MOTA, 2001). A educação não foge aos limites da focalização das demais políticas sociais, sendo alvo de estratégias residuais para intervir em problemas de ordem estrutural.

A focalização se expressa de maneira distinta no campo da educação básica do que ocorre, por exemplo, na educação profissional. Na educação básica, a focalização é operada pela universalização sem qualidade de acesso, portanto, a oferta educacional destina-se, ainda que não socialmente admitida, às frações da classe trabalhadora que não podem arcar com os custos do serviço privado de educação. No quesito da oferta privada de ensino, os níveis de qualidade são distintos de acordo com as possibilidades de custeio de cada aluno e/ou família. A focalização na educação básica estatal ocorre, portanto, pela ampliação - universaliza-se a educação para um contingente específico de cidadãos brasileiros, o cidadão pobre.

Na educação profissional e tecnológica, uma miríade de ofertas educativas, programas e cursos, públicos e privados são recortados para grupos específicos, especialmente, os cursos integrados à educação, que dada a limitação das vagas, demonstra seu caráter residual. Nessa modalidade de educação, observa-se uma oferta educativa para cada fração da classe trabalhadora. Para as frações mais paupe-

rizadas, resta uma oferta educacional aligeirada, apartada do compromisso de elevação da escolaridade.

Defendemos que a perspectiva do que se apresenta como uma oferta educativa para a empregabilidade e consequente superação da condição de pobreza corresponde a um projeto de educação para a classe trabalhadora brasileira, adjetivado pela subserviência às necessidades do capital imperialismo subalterno na propagação em escala ampliada da formação para o trabalho simples.

Fonte

SILVA, L. C. da. Reflexões sobre a relação: educação e pobreza. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 03- Nº 1/Jan-Jun 2016

ESCOLA E CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

A importância dada aos conteúdos revela um compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores. Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico.

Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais.

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

A prática escolar distingue-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social, por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças durante um período contínuo e extenso de tempo. A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres.

Para tanto ainda é necessário que a instituição escolar garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva. A escola, por ser uma instituição social com propósito explicitamente educativo, tem o compromisso de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos.

Essa função socializadora remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural. É nessa dupla determinação que os indivíduos se constroem como pessoas iguais, mas, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras. Iguais por compartilhar com outras pessoas um conjunto de saberes e formas de conhecimento que, por sua vez, só é possível graças ao que individualmente se puder incorporar. Não há desenvolvimento individual possível à margem da sociedade, da cultura. Os processos de diferenciação na construção de uma identidade pessoal e os processos de socialização que conduzem a padrões de identidade coletiva constituem, na verdade, as duas faces de um mesmo processo.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

O desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as estéticas de inserção social, torna-se possível mediante o processo de construção e reconstrução de conhecimentos. Essa aprendizagem é exercida com o aporte pessoal de cada um, o que explica por que, a partir dos mesmos saberes, há sempre lugar para a construção de uma infinidade de significados, e não a uniformidade destes. Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos.

As questões relativas à globalização, as transformações científicas e tecnológicas e a necessária discussão ético-valorativa da sociedade apresentam para a escola a imensa tarefa de instrumentalizar os jovens para participar da cultura, das relações sociais e políticas. A escola, ao posicionar-se dessa maneira, abre a oportunidade para que os alunos aprendam sobre temas normalmente excluídos e atua propositalmente na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, ao sexo, à droga, à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc.

Um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com a rapidez na produção e na circulação de novos

conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes. A formação escolar deve possibilitar aos alunos condições para desenvolver competência e consciência profissional, mas não restringir-se ao ensino de habilidades imediatamente demandadas pelo mercado de trabalho.

A discussão sobre a função da escola não pode ignorar as reais condições em que esta se encontra. A situação de precariedade vivida pelos educadores, expressa nos baixos salários, na falta de condições de trabalho, de metas a serem alcançadas, de prestígio social, na inércia de grande parte dos órgãos responsáveis por alterar esse quadro, provoca, na maioria das pessoas, um descrédito na transformação da situação. Essa desvalorização objetiva do magistério acaba por ser interiorizada, bloqueando as motivações. Outro fator de desmotivação dos profissionais da rede pública é a mudança de rumo da educação diante da orientação política de cada governante. Às vezes as transformações propostas reafirmam certas posições, às vezes outras. Esse movimento de vai e volta gera, para a maioria dos professores, um desânimo para se engajar nos projetos de trabalho propostos, mesmo que lhes pareçam interessantes, pois eles dificilmente terão continuidade.

Em síntese, as escolas brasileiras, para exercerem a função social aqui proposta, precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. É nesse universo que o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar direitos e a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do País e do mundo.

Escola: uma construção coletiva e permanente

Nessa perspectiva, é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores, implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

Com a degradação do sistema educacional brasileiro, pode-se dizer que a maioria das escolas tende a ser apenas um local de trabalho individualizado e não uma organização com objetivos próprios, elaborados e manifestados pela ação coordenada de seus diversos profissionais.

Para ser uma organização eficaz no cumprimento de propósitos estabelecidos em conjunto por professores, coordenadores e diretor, e garantir a formação coerente de seus alunos ao longo da escolaridade obrigatória, é imprescindível que cada escola discuta e construa seu projeto educativo.

Esse projeto deve ser entendido como um processo que inclui a formulação de metas e meios, segundo a particularidade de cada escola, por meio da criação e da valo-

rização de rotinas de trabalho pedagógico em grupo e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar, para além do planejamento de início de ano ou dos períodos de "reciclagem".

A experiência acumulada por seus profissionais é naturalmente a base para a reflexão e a elaboração do projeto educativo de uma escola. Além desse repertório, outras fontes importantes para a definição de um projeto educativo são os currículos locais, a bibliografia especializada, o contato com outras experiências educacionais, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que formulam questões essenciais sobre o que, como e quando ensinar, constituindo um referencial significativo e atualizado sobre a função da escola, a importância dos conteúdos e o tratamento a ser dado a eles.

Ao elaborar seu projeto educativo, a escola discute e explicita de forma clara os valores coletivos assumidos. Delimita suas prioridades, define os resultados desejados e incorpora a autoavaliação ao trabalho do professor. Assim, organiza-se o planejamento, reúne-se a equipe de trabalho, provoca-se o estudo e a reflexão contínuos, dando sentido às ações cotidianas, reduzindo a improvisação e as condutas estereotipadas e rotineiras que, muitas vezes, são contraditórias com os objetivos educacionais compartilhados.

A contínua realização do projeto educativo possibilita o conhecimento das ações desenvolvidas pelos diferentes professores, sendo base de diálogo e reflexão para toda a equipe escolar. Nesse processo evidencia-se a necessidade da participação da comunidade, em especial dos pais, tomando conhecimento e interferindo nas propostas da escola e em suas estratégias. O resultado que se espera é a possibilidade de os alunos terem uma experiência escolar coerente e bem-sucedida.

Deve ser ressaltado que uma prática de reflexão coletiva não é algo que se atinge de uma hora para outra e a escola é uma realidade complexa, não sendo possível tratar as questões como se fossem simples de serem resolvidas. Cada escola encontra uma realidade, uma trama, um conjunto de circunstâncias e de pessoas. É preciso que haja incentivo do poder público local, pois o desenvolvimento do projeto requer tempo para análise, discussão e reelaboração contínua, o que só é possível em um clima institucional favorável e com condições objetivas de realização.

1.2 A EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE DE CONTEXTOS CULTURAIS: PLURALISMO E DIVERSIDADE CULTURAL;

Diversidade cultural na escola: existe equidade sem respeito às diferenças?

Durante algum tempo, fazer ciência significava qualificar dados da realidade e garantir a generalidade e a objetividade do conhecimento. Nesse processo, com a